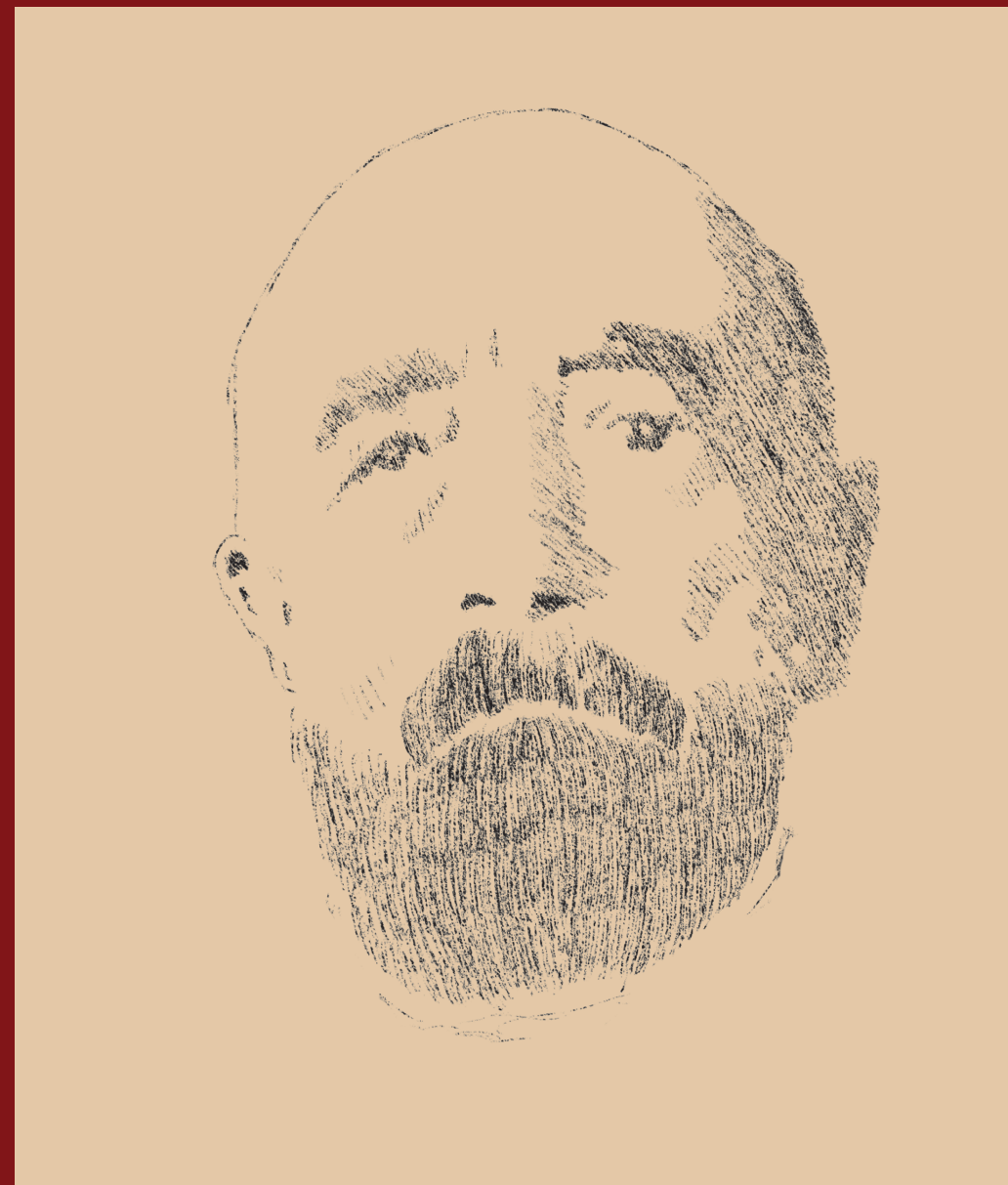


della credo legitimo, tanto mais que s' sempre deu
occupar o cargo, quando o effectivo se achia por elle
impedido, como se da agora que o dr. juiz de direito
interinamente substituiu o effectivo, que se achia em
o portador do bilhete foi o dr. Agostinho Pereira, in-
stitui-lo, até mesmo porque o querelado s' coube
de seu escrevente, como se da com todos os juizes
fôre, como não ver que o querelado não desprezou
as ordenanças pela prudencia », e, consequentemente
negligente?

Muito embora maliciado pelo illustre
Direito, desbandando o de « pouco prestimo » pela
falta de data e se reconhecida a firma em de-
seja transparecer de mais palavras entencel-o
posthumo, e adrede feita com intuito a despeito
muito bastante em o de « pouco prestimo ».



WASHINGTON RODRIGUES PEREIRA



WASHINGTON RODRIGUES PEREIRA

1831 – 1912

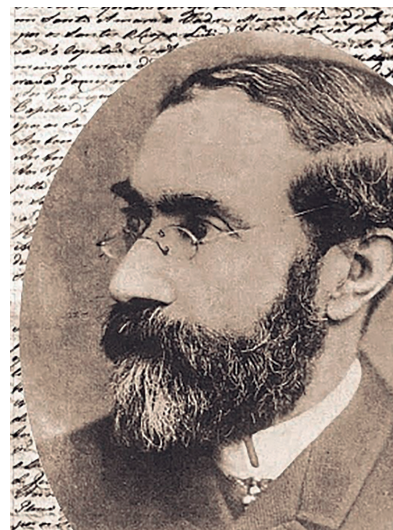
*W*ashington Rodrigues Pereira nasceu em 5 de dezembro de 1831 na histórica Fazenda dos Macacos, localizada nos arredores da cidade de Queluz, atualmente denominada de Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais.



Fazenda dos Macacos em Conselheiro Lafaiete, MG

Ele foi o primogênito do casal Antônio Rodrigues Pereira e Clara Ferreira Azevedo. Seu pai, homem de formação militar e defensor de fortes convicções políticas liberais, batizou o primeiro filho com o sobrenome de George Washington, em homenagem ao herói da independência e primeiro presidente dos Estados Unidos da América. Seu segundo filho foi batizado como Lafayette, em homenagem ao Marquês de La Fayette, um aristocrata, político e militar francês que desempenhou um papel crucial na independência americana. Antônio Rodrigues Pereira teve uma participação ativa na Revolução Liberal de 1842, ocorrida por ocasião da declaração de maioridade de D. Pedro II, e desempenhou diversas funções públicas importantes, incluindo as de eleitor, juiz de paz, vereador, presidente da Câmara Municipal e juiz municipal e de órfãos. Em reconhecimento por seus serviços, foi agraciado com o título nobiliárquico de Barão de Pouso Alegre em 1881 (Faria; Pereira; Medina, 2009; Milagre, 2009).

Washington teve apenas um irmão, Lafayette Rodrigues Pereira, que seguiu uma carreira brilhante, iniciando como promotor público em Ouro Preto, Minas Gerais, em 1858, antes de se transferir para o Rio de Janeiro, onde se destacou como jurista, intelectual, jornalista e político de grande importância durante o Segundo Reinado do Império brasileiro. Conhecido como Conselheiro Lafayette, ele era amigo de D. Pedro II e, após a Proclamação da República, exilou-se em Paris como o antigo monarca.



Washington iniciou seus estudos no Colégio Matosinhos, em Congonhas do Campo, e posteriormente seguiu para a cidade de Prados, onde residiu na casa de seu tio paterno, o padre Felisberto Rodrigues Milagres, junto com seu irmão Lafayette. Sua mãe, Clara, considerou injusto separá-los, pois eram muito unidos, e, por isso, reteve Washington na fazenda até que o irmão completasse a idade de 11 anos para que ambos iniciassem juntos os estudos fora de casa (Faria; Pereira; Medina, 2009, p. 76).

Mais tarde, os irmãos também seguiram juntos para a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, onde Washington se formou em 23 de novembro de 1858. Separam-se de fato quando Lafayette se mudou para o Rio de Janeiro em 1859. Mas desde então e por toda a vida, mantiveram intensa correspondência, material hoje riquíssimo que não só revela a trajetória da família Rodrigues Pereira, mas também oferece um panorama e mostra os bastidores da política brasileira do segundo reinado, especialmente em Minas Gerais. As cartas de Lafayette foram encontradas em velhos baús da Fazenda dos Macacos, mas as de Washington infelizmente não foram recuperadas, impedindo que se acompanhasse as impressões vívidas dele sobre os acontecimentos (Faria; Pereira; Medina, 2009, p. 76).

Um ponto importante e interessante sobre a biografia de Washington é justamente a quase inexistência de relatos sobre a sua trajetória, ao contrário do irmão, cuja vida foi amplamente documentada. Parte dessa questão se explica pela decisão de Washington de nunca sair de sua localidade para ocupar postos no governo central, conforme registrado por José Bonifácio:

Washington nunca se afastou, porque, além do respeito, da consideração e estima que lhe tributavam os seus jurisdicionados [sic] teve como lema efetivo de sua nobre existência, após a morte do Barão [de Pouso Alegre] seu pai, em 1883, viver em companhia de sua velha mãe, com sacrifício de qualquer posto que lhe era oferecido. Exerceu em alta dignidade a magistratura. Foi juiz imparcial, inteligente e estudioso, impondo-se, por suas nobres qualidades, à veneração de quantos com ele lidaram. Teve título de Conselheiro em 1889 (Jornal do Comércio *apud* Faria; Pereira; Medina, 2009, p. 76).

A mesma obra traz um registro interessante sobre o temperamento e as características físicas de Washington:

Diferente de Lafayette, Washington possuía olhos azuis, pele clara e cabelos castanhos. Assemelhava-se à mãe. Quanto ao temperamento e a postura frente ao cotidiano também possuíam diferenças, já que Washington, ao contrário de Lafayette, era extrovertido e nem um pouco circunspecto. E aí cessavam as diferenças, porque, de resto, comungavam dos mesmos ideais e exerciam a mesma atividade profissional (Faria; Pereira; Medina, 2009, p. 76).

Washington casou-se com Isabel Luiza Horta Barbosa, a Isabelinha, filha de Luiz Antônio Horta Barbosa, um influente político mineiro que ocupou cargos importantes, como os de senador, ministro da Justiça e presidente das províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro durante o período imperial (Milagre, 2009).

O casal teve uma prole numerosa: Luiza Barbosa Rodrigues Pereira (1872); Hortência Barbosa Rodrigues Pereira (1874); Renato Barbosa Rodrigues Pereira (1875); Álvaro Barbosa Rodrigues Pereira (1879); Washington Barbosa Rodrigues Pereira (1882); Amélia Barbosa Rodrigues Pereira (1884); e Lafayette Barbosa Rodrigues Pereira (GeneaMinas, 2024).

Desde cedo e ao longo de sua trajetória profissional, Washington assumiu, juntamente com o pai, um papel de liderança política local, posição em muito facilitada pelas relações que mantinha com o poder político central, sobretudo através das informações trocadas por cartas com o seu irmão, o Conselheiro Lafayette, que, além de intelectual, ocupou posições muito relevantes no Segundo Reinado, como as de deputado, senador, ministro da Justiça, conselheiro de Estado e presidente do Conselho de Ministros.

Já Washington, conforme mencionado e ao contrário do irmão, manteve-se sempre na província mineira, fazendo uma carreira administrativa e jurídica dentro dessa circunscrição territorial.

5.1

Ingresso particular de
Walter Ish drade Souza
Cons. lafante - mgf.

04-05/1863

Do ordem do S. Ex.^a o Sr. Conselheiro Ministro
e Secretario de Estado dos Negocios da Justica, commu-
nica a V.^{m.} que por Decreto de 1.^o do corrente, me-
rito por copia Houve S. M. o Imperador
por bem e humilidade puz elle a communicar e de Of.
do Juiz de Ouro Preto, na Provincia de
Minas Geraes.

Jeus Garde a Vous

Dr. B.^d Washington Rodrigues Pereira

Janina do Nascimento Bot. 1^a

Ato de nomeação ao
cargo de delegado de polícia
do Termo de Ouro Preto

Carta de nomeação ao cargo de
juiz municipal e de órfãos
do termo de Ouro Preto



Inquirio particular de
Walter Andrade Souza
Cons-Isaefendi - mg.

1270671863

O *Senhor* PRESIDENTE DA Provincia de Minas Geraes, em vista de proposta do Doutor Chefe de Policia da Provincia, e em virtude da Lei N.º 261 de 3 de Dezembro de 1841,* e seus Regulamentos, resolveu nomear o Cidadão *D. Washington Rodrigues Legeiro* para o cargo de Delegado de Policia do Termo do *Cerro Preto* devendo o nomeado tomar posse e prestar juramento perante a Camara Municipal respectiva.

Palacio do Governo da Provincia de Minas Geraes de 1861. Em bandeja do The. ten. d. Antonio
Pereira de Souza ten. cab. Pro. e reb.
cava

João Crispiniano Soares,

POR PORTARIA DE S. EXC. DATADA DE *hoje*

Secretaria da Presidencia da Provincia de Minas
Geraes 1 de Fevereiro de 1865.

5.8

Pa. Sección

Arquivo particular de 01-02-1866
Walter Andrade Souza
Cons. Capacete - mg. *Wm Souza*

Sr. Ex. e Serr. Presidente da Provin-
cia manda-me communicar-lhe que
por acto de hoje foi A. S. nomeado Inspector
da Thesouraria Provincial.

Preus Garde a V. S

M^{rs} L^{ieut}. D^r Washington
Rodrigues Pereira.

Secretaria

D^r Henrique Bezzer Muzio

Carta de nomeação
ao cargo de inspetor da
Tesouraria Provincial de Minas Gerais

Dentre os cargos ocupados, Washington assumiu em 1863 o posto de juiz municipal e de órfãos do termo de Ouro Preto, em Minas Gerais.

No mesmo ano, também foi nomeado para o cargo de delegado de polícia em Ouro Preto mediante indicação do chefe de polícia da província mineira, conforme estabeleciam as normas então vigentes:

Art. 26. Os Delegados serão propostos d'entre os Juizes Municipaes, de Paz, Bachareis formados, ou outros quaesquer Cidadãos, (á excepção dos Parochos) [...] [que] tenham as qualidades requeridas para ser Eleitor, e sejam homens de reconhecida probidade e inteligência (Brasil, 1842).

À época, os delegados tinham por atribuição a defesa dos bons costumes e a manutenção da segurança e da ordem. A eles também competia auxiliar o chefe de polícia da província em várias atribuições, dentre elas, a realização de arrolamento da população da província, juntamente com os subdelegados, juizes de paz e párocos. Eram mantidos no cargo enquanto bem servissem e assim julgassem conveniente o governo na côrte e os presidentes nas províncias.

Três anos depois, em fevereiro de 1866, Washington foi designado inspetor da Thesouraria Provincial, uma função essencial na administração das finanças públicas da província.

Durante o período do Império, a administração da Fazenda Pública em cada província era realizada pelas Thesourarias provinciais, sob a supervisão do presidente da província. Essas Thesourarias eram compostas por um inspetor, um contador e um procurador fiscal, e suas funções incluíam administração, arrecadação, distribuição, contabilidade e fiscalização de todas as rendas públicas da província.

O inspetor de Fazenda de Província era o chefe da Thesouraria Provincial, e a ele competia especialmente, dentre outras atribuições, inspecionar todas as administrações, recebedorias, e pagadorias das rendas públicas da província, dando contas das irregularidades ao presidente, que poderia suspender os infratores e processá-los, se fosse o caso. Além disso, ao inspetor cabia elaborar a prestação de contas anual, ou seja, o balanço das receitas e despesas do ano findo, bem como o orçamento do ano futuro, apresentando-os no início de dezembro com os esclarecimentos necessários (Brasil, 1831).

Mais adiante, em maio de 1878, Washington assume o cargo de promotor público da recém-criada comarca de Queluz, conforme a Lei nº 1.867, de 15 de julho de 1872, sucedendo ao Dr. João Ferreira Brant. Pelos três anos seguintes, com empenho e diligência, Washington se dedica às funções na Promotoria, exonerando-se do cargo em 21 de maio de 1881.

Livro de Matrícula de
Promotores Públicos
de 1872 a 1885
da comarca de Queluz

Arquivo particular de
Walter Andrade Souza
Cons. La Fayette - MG.

28-03-1878

O Vice Presidente da Provincia
confere ao B.^{el} Wasington Rodrigues Pinira
o presente titulo de Promotor Publico da comar-
ca de Guuluz, para que foi nomeado por
acto de 19 de corrente miz.

Palacio do Governo, em Curu Pute
28 de Março de 1878.

1878.
 Elias Pinto de Jesus.

Candido. Aug. da Silva
Secret. int.

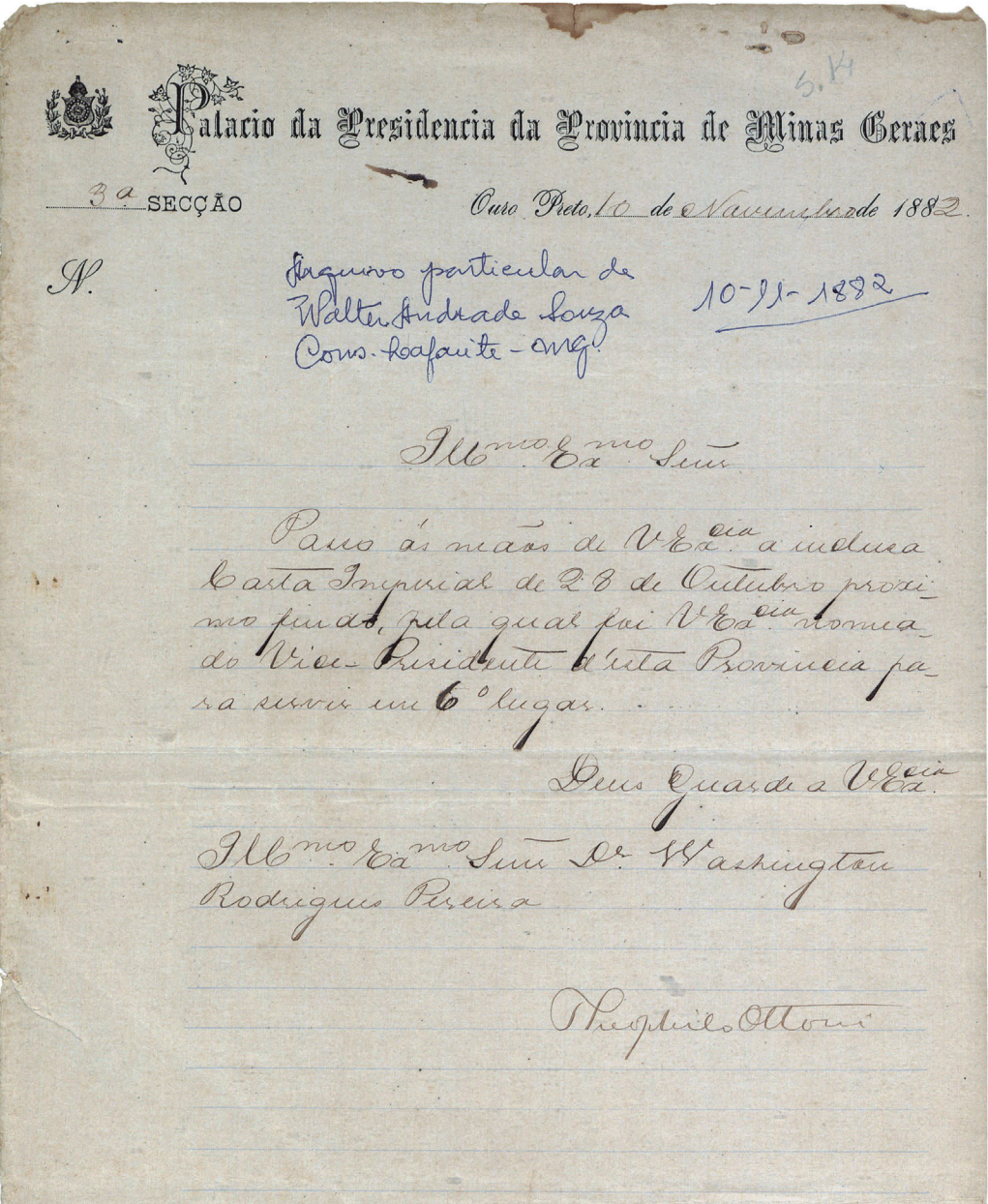
Lot. 1. *Hand*

Cumprer destacar que, durante esse período, já estava em vigor o Decreto nº 5.618, de 2 de maio de 1874, que instituiu o *Novo Regulamento das Relações do Império*. Esse decreto trouxe a primeira referência legislativa à instituição do “Ministério Público”, que até então era representada na legislação por seus membros, os “promotores públicos”. De acordo com o regulamento, o procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional era designado como o “órgão do Ministério Público” nas Relações, sendo nomeado pelo governo entre os desembargadores da respectiva Relação. Entre suas funções, estava a de dar instruções aos agentes do Ministério Público sobre o serviço de sua competência. Quando não atuassem como órgãos do Ministério Público, esses procuradores deveriam julgar como os outros desembargadores (Brasil, 1874).

Portanto, o intervalo que vai da edição dessa lei, em 1874, até o início da República pode ser considerado como a fase embrionária do Ministério Público no Brasil, pois a partir de então ele começou a se configurar como uma instituição, embora ainda integrado ao Poder Judiciário. A efetiva institucionalização, no entanto, só se concretizou com o advento da República, por meio das leis organizadas por Campos Sales.

Em março de 1881, a família de Washington testemunhou um evento notável em Queluz: a visita da família imperial à província de Minas Gerais, que chegou à cidade em 29 de março de 1881. Em seu diário, o imperador D. Pedro II registrou vívidas impressões sobre Queluz, comentando sobre a condição das ruas, os edifícios públicos e aspectos culturais, como a popularidade da moda de viola. O imperador também mencionou a recepção oferecida pela família de Washington, elogiando especialmente a sua esposa, que descreveu como uma “excelente senhora e muito inteligente” (Bediaga, 1999).

Em 1882, Washington foi nomeado ao honroso cargo de vice-presidente da província de Minas Gerais, para servir em sexto lugar, conforme documento assinado por Teophilo Ottoni, então presidente da província de Minas.



Ofício comunicando a nomeação ao cargo de vice-presidente da província de Minas Gerais

À época, as Assembleias Legislativas provinciais nomeavam seis cidadãos para servirem como vice-presidente, sendo que um substituía o outro em caso de impedimento. Essa lista era submetida ao Imperador, por intermédio do presidente da província, a fim de ser determinada a ordem numérica da substituição: serviria de vice-presidente o que estivesse em primeiro lugar na lista, ou, na falta deste, o próximo na ordem. Tanto a lista dos eleitos pela Assembleia Legislativa provincial quanto a enviada pelo governo eram remetidas por cópia à Câmara Municipal da capital, para que ela pudesse convocar o substituto na ausência do presidente. E quando o primeiro nomeado se achasse muito distante da capital, seria chamado para substituir temporariamente aquele que o seguisse na ordem da nomeação e que mais próximo estivesse, o qual somente assumiria a função enquanto não se apresentasse outro que o precedesse na ordem numérica da lista, e assim sucessivamente até o primeiro nomeado (Brasil, 1834).

Considerando que, naquele tempo, os deslocamentos pelos territórios do país eram lentos e custosos, e os meios de comunicação, igualmente morosos, essa era a sistemática legalmente regulamentada para que a chefia do governo provincial não ficasse vaga nos casos de ausência do presidente, uma situação relativamente comum.

No ano seguinte, em 1883, Washington sofreu a perda de seu pai e com isso assume a chefia dos negócios da família, incluindo a administração da fazenda e das terras. Em setembro de 1884, foi nomeado juiz de Direito da comarca de Queluz, cargo no qual atuou com muita dedicação por mais de vinte anos.

Washington faleceu no Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1912 (Milagre, 2009). Segundo Marina Maria Lafayette de Andrada Ibrahim, sobrinha-neta de Washington, ele era um homem por natureza liberal, e isso se refletia na maneira cordial com que tratava seus conterrâneos, sempre despertando a simpatia e inspirando confiança. “Sua dedicação à mãe e seu apego a Queluz eram extraordinários” (Milagre, 2009, p. 37).

Para o Conselheiro Lafayette, a morte de Washington foi uma perda irreparável. O irmão foi seu maior amigo e confidente e o mais leal interlocutor. As cartas trocadas entre eles revelam que não havia segredos entre os dois. Era com Washington que ele compartilhava seus pensamentos, desabafava e trocava conselhos e opiniões. Quando soube do falecimento do irmão, Lafayette ficou profundamente abalado e expressou sua dor: “Hoje, perdi um pedaço de mim” (Faria; Pereira; Medina, 2009, p. 77).



Washington e sua esposa, Isabel Luiza

Referências

ATO de Nomeação de Washington Rodrigues Pereira ao cargo de Delegado de Polícia do Termo de Ouro Preto. Arquivo Público Mineiro Fundo Família Rodrigues Pereira, Série 2, Caixa 3, Documentos 5.4. Ouro Preto, 12 jun. 1863.

BEDIAGA, Begonha (org.). **Diário do Imperador D. Pedro II (1840-1891)**. Petrópolis: Museu Imperial, 1999. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/diarios/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. **Lei de 4 de outubro de 1831**. Dá organização ao Thesouro Publico Nacional e às Thesourarias das Províncias. Presidência da República: Rio de Janeiro, 1831. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-4-10-1831.htm. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 40, de 3 de outubro de 1834**. Dá regimento aos Presidentes de Província, e extingue o Conselho da Presidência. Senado: Rio de Janeiro, 1834. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/540900/publicacao/15772936#:~:text=1%C2%BA%20O%20Presidente%20da%20Provincia,C%C3%B4rte%2C%20nem%20o%20seu%20Município%E>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. **Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842**. Regula a execução da parte policial e criminal da Lei nº 261 de 3 de dezembro de 1841. Presidência da República: Rio de Janeiro, 1842. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/regulamentos/r120.htm. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.618, de 2 de maio de 1874**. Dá novo Regulamento às Relações do Império. Câmara dos Deputados: Rio de Janeiro, 1874. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5618-2-maio-1874-550285-publicacaooriginal-66029-pe.html>. Acesso em: 24 ago. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Cartas ao Irmão**. Brasília: Edições da Câmara, 2021.

CARTA de nomeação de Washington Rodrigues Pereira ao cargo de Juiz de Direto da comarca de Queluz. Arquivo Público Mineiro. Fundo Família Rodrigues Pereira, Série 2, Caixa 3, Documentos 5.15. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1884.

CARTA de nomeação de Washington Rodrigues Pereira ao cargo de juiz municipal e de órfãos do termo de Ouro Preto. Arquivo Público Mineiro, Fundo Família Rodrigues Pereira, Série 2, Caixa 3, Documentos 5.1. [Rio de Janeiro], 4 de maio de 1863.

CARTA de nomeação de Washington Rodrigues Pereira ao posto de Vice-Presidente da província de Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro. Fundo Família Rodrigues Pereira, Série 2, Caixa 3, Documentos 5.14. 10 nov. 1882.

EXPEDIENTE. **O Pharol**. Juiz de Fora, 16 dez. 1900. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&pesq=%22Washington%20Rodrigues%20Pereira%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=14885>. Acesso em: 13 jun. 2024.

EXTRACTO do expediente feito na secretaria do Governo. **A Actualidade**, Ouro Preto, 27 mai. 1881. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=230359&pesq=%22Washington%20Rodrigues%20Pereira%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2043>. Acesso em: 13 jun. 2024.

FARIA, Maria Auxiliadora de; PEREIRA, Lígia Maria Leite; MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. **Lafayette**: um Jurista do Brasil. Coordenação geral: Lafayette de Andrada. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2009.

GENEAMINAS. **Enlace matrimonial**: Washignton Rodrigues Pereira, 1831. Genealogia Mineira: [s. d.]. Disponível em: <https://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/restrita/enlace.asp?codenlace=1300333>. Acesso em: 27 ago. 2024.

IEPHA-MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Bens Tombados**: Fazenda dos Macacos. [Belo Horizonte]: IEPHA-MG, [s. d.]. Disponível em: <https://iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoaes/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/15/bens-tombados-fazenda-dos-macacos?layout=print&tmpl=component>. Acesso em: 25 ago. 2024.

IHGMG – Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira: Patrono da cadeira número 55. Disponível em: <https://ihmg.org.br/sme/conteudoinstitucional/menuesquerdo/SandBoxItemMenuPaginaConteudo.ew?idPaginaltemMenuConteudo=7633>. Acesso em: 25 ago. 2024.

LIVRO de Matrícula dos Promotores Públicos da Província (1872-1885). Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretaria de Governo da Província, Série 1, Subsérie 14, Documento SG406, Ouro Preto, 1872-1885. p. 52.

MANIFESTAÇÃO processual. **Denúncia oferecida pelo promotor de Justiça Washington Rodrigues Pereira no Processo Judicial Criminal nº 0544 da comarca de Queluz**. Memória do Judiciário Mineiro (MEJUD), CSLF0544, Queluz, 21 mar. 1879.

MILAGRE, Allex. **Lafayette Rodrigues Pereira**: um ilustre queluzense. Conselheiro Lafaiete: Lesma Editores, 2009.

MINAS GERAIS. **Lei nº 1.867, de 15 de julho de 1872**. Cria as comarcas de Queluz, Rio Dourados, Itapecerica, Itajubá, Leopoldina, e contém outras disposições. Ouro Preto: Assembleia Legislativa Provincial, 1872. Disponível em: <https://acervominasjustica.tjmg.jus.br/index.php/comarca-de-conselheiro-lafaiete>. Acesso em: 25 ago. 2024.

NOTICIARIO. **Liberal Mineiro**. Ouro Preto, 31 out. 1882. Noticiário. p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=248240&pesq=%22Washington%20Rodrigues%20Pereira%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=552>. Acesso em: 13 jun. 2024.

NOTÍCIAS e avisos diversos. **Correio da Tarde**. Rio de Janeiro, 27 fev. 1858. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090000&pesq=%22Washington%20Rodrigues%20Pereira%22&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=7286>. Acesso em: 13 jun. 2024.

OFÍCIO comunicando a nomeação de Washington Rodrigues Pereira ao cargo de Inspetor da Tesouraria Provincial. Arquivo Público Mineiro, Fundo Família Rodrigues Pereira, Série 2, Caixa 3, Documentos 5.8. Ouro Preto, 1 fev. 1866.

OBRAS públicas. **A Actualidade**. Ouro Preto, 13 mai. 1880. Relatório, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=230359&pesq=%22Washington%20Rodrigues%20Pereira%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1395>. Acesso em: 13 jun. 2024.

TÍTULO de promotor público da comarca de Queluz concedido a Washington Rodrigues Pereira. Arquivo Público Mineiro. Fundo Família Rodrigues Pereira, Série 2, Caixa 3, Documentos 5.11. [S. l.], 28 de março de 1878.

Imagens

Pag. 292 - Washington Rodrigues Pereira - Fonte: **[Washington Rodrigues Pereira]**. Fotografia p&b. Arquivo Fábio Doyle. 1 fotografia.

Pág. 293 - Fazenda dos Macacos em Conselheiro Lafaiete, MG - Fonte: INSTITUTO Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, IEPHA/MG. **[Fazenda dos Macacos em Conselheiro Lafaiete, MG]**. [Fotografia]. Disponível em: <https://iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoaes/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/15/bens-tombados-fazenda-dos-macacos?layout=print&tmpl=component>. Acesso em: 25 ago. 2024.

Pág. 294 - Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira - Fonte: INSTITUTO histórico e geográfico de Minas Gerais, IHGMG. **[Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, Patrono da Cadeira número 55]**. Disponível em: <https://ihgm.org.br/sme/conteudoinstitucional/menuesquerdo/SandBoxItemMenu-PaginaConteudo.ew?idPaginaltemMenuConteudo=7633>. Acesso em: 25 ago. 2024.

Pág. 298 - Carta de nomeação de Washington ao cargo de juiz municipal e de órfãos do termo de Ouro Preto - Fonte: CARTA. **[Carta de nomeação de Washington Rodrigues Pereira ao cargo de Juiz Municipal e de Órfãos do termo de Ouro Preto]**. Arquivo Público Mineiro, Fundo Família Rodrigues Pereira, Série 2, Caixa 3, Documentos 5.1. [Rio de Janeiro], 4 de maio de 1863.

Pág. 298 - Ato de nomeação de Washington ao cargo de Delegado de Polícia do Termo de Ouro Preto - Fonte: ATO. **[Ato de Nomeação de Washington Rodrigues Pereira ao cargo de Delegado de Polícia do Termo de Ouro Preto]**. Arquivo Público Mineiro Fundo Família Rodrigues Pereira, Série 2, Caixa 3, Documentos 5.4. Ouro Preto, 12 de junho de 1863.

Pág. 299 - Ofício de nomeação de Washington ao cargo de Inspetor da Tesouraria Provincial de Minas Gerais- Fonte: OFÍCIO. **[Ofício comunicando a nomeação de Washington Rodrigues Pereira ao cargo de Inspetor da Tesouraria Provincial]**. Arquivo Público Mineiro, Fundo Família Rodrigues Pereira, Série 2, Caixa 3, Documentos 5.8. Ouro Preto, 1º de fevereiro de 1866.

Pág. 302 - Livro de Matrícula de Promotores Públicos 1872 a 1885 – Comarca de Queluz - Fonte: LIVRO. **Livro de Matrícula dos Promotores Públicos da Província (1872-1885)**. Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretaria de Governo da Província, Série 1, Subsérie 14, Documento SG406, p.52. Ouro Preto, 1872-1885.

Pág. 303 - Título de promotor público da comarca de Queluz - Fonte: TÍTULO. **[Título de promotor público da comarca de Queluz concedido a Washington Rodrigues Pereira]**. Arquivo Público Mineiro. Fundo Família Rodrigues Pereira, Série 2, Caixa 3, Documentos 5.11. 28 de março de 1878.

Pág. 304 e 305 - Denúncia proposta pelo Promotor Público da comarca de Queluz Washington Rodrigues Pereira, em 1879. Fonte: MANIFESTAÇÃO processual. **[Denúncia oferecida pelo promotor de Justiça Washington Rodrigues Pereira no Processo Judicial Criminal nº 0544 da comarca de Queluz]**. Memória do Judiciário Mineiro (MEJUD), CSLF0544, Queluz, 21 mar.1879.

Pág. 307 - Ofício comunicando a nomeação ao cargo de Vice-Presidente da província de Minas Gerais- Fonte: OFÍCIO. **[Ofício comunicando a nomeação de Washington Rodrigues Pereira ao posto de Vice-Presidente da província de Minas Gerais]**. Arquivo Público Mineiro. Fundo Família Rodrigues Pereira, Série 2, Caixa 3, Documentos 5.14. 10 de novembro de 1882.

Pag. 310 - Washington e sua esposa Isabel Luiza, a Isabelinha - Fonte: **[Washington e sua esposa Isabel Luiza, a Isabelinha]**. Fotografia p&b. Arquivo Fábio Doyle. 1 fotografia.